O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo – Relatório SOFI 2026

El estado de la inseguridad alimentaria y la nutrición en el mundo – Informe SOFI 2026

The State of Food Insecurity and Nutrition in the World – SOFI Report 2026

Eduardo Nilson, Erin William, Aliena Grainger e Denise Oliveira

Resumo: Nesse informe, apresentamos uma análise do novo relatório SOFI, da FAO, que traz dados atualizados sobre a fome global e o preço de dietas saudáveis e as tendências sobre os indicadores de nutrição em relação aos compromissos globais. A exemplo de 2025, observa-se a continuidade da redução da fome, porém em velocidade insuficiente para eliminar a fome até 2030, mas com a continuidade das desigualdades regionais e a continuidade do aumento do preço das dietas saudáveis. Duas importantes notícias do relatório foram a manutenção do Brasil fora do Mapa da Fome e o primeiro avanço nos indicadores de subnutrição na África desde a pandemia de Covid-19.

Resumen: *En este informe, presentamos un análisis del nuevo informe SOFI de la FAO, que incluye datos actualizados sobre el hambre en el mundo, el costo de las dietas saludables y las tendencias de los indicadores de nutrición en relación con los compromisos globales. De cara al 2025, se observa que el hambre sigue disminuyendo, aunque a un ritmo insuficiente para erradicarla para el 2030, mientras persisten las desigualdades regionales y continúa el aumento del precio de las dietas saludables. Dos noticias importantes del informe fueron que Brasil se mantuvo fuera del Mapa del Hambre y que se registró el primer avance en los indicadores de desnutrición en África desde la pandemia de COVID-19.*

Abstract: *In this report, we present an analysis of the FAO's new SOFI report, which provides updated data on global hunger, the cost of healthy diets, and trends in nutrition indicators in relation to global commitments. Looking ahead to 2025, the trend of reducing hunger continues, though at a pace insufficient to eliminate hunger by 2030, while regional inequalities persist and the cost of healthy diets continues to rise. Two key findings from the report were that Brazil remained off the Hunger Map and that there was the first improvement in undernutrition indicators in Africa since the COVID-19 pandemic.*

Introdução

O relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2026, lançado em 21 de julho de 2026 pela FAO, pelo FIDA, pelo Unicef, pelo WFP e pela OMS, apresenta a mais recente avaliação global do progresso em direção à erradicação da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição, constituindo o principal documento de referência mundial sobre o tema. Pela terceira vez consecutiva, o relatório registra declínio da fome em escala global: em

2025, 7,8% da população mundial (aproximadamente 645 milhões de pessoas) vivenciou situação de fome, contra 8,1% em 2024 e 8,6% em 2022. Apesar desse avanço, o ritmo de progresso permanece insuficiente para o cumprimento do ODS 2 (Fome Zero) até 2030, e a evolução é geograficamente desigual: a África concentra atualmente o maior contingente absoluto de pessoas em situação de fome (309 milhões), enquanto Ásia e América Latina e Caribe registraram melhorias mais consistentes.

Além da fome propriamente dita, a insegurança alimentar moderada ou grave atingiu 2,1 bilhões de pessoas em 2025 (25,8% da população global), com disparidades regionais acentuadas: mais da metade da população africana (56,6%) nessa condição, contra 20,3% na Ásia, 22,9% na América Latina e Caribe e apenas 8,7% na América do Norte e Europa. Populações rurais e mulheres permanecem desproporcionalmente afetadas. Um dos focos centrais da edição de 2026 é o custo de uma dieta saudável, que se elevou para US$ 4,28 PPC por pessoa por dia em 2025 (ante US$ 3,44 em 2021), deixando 2,69 bilhões de pessoas (32,7% da população mundial) incapazes de arcar com esse custo, situação particularmente severa na África, onde 66,6% da população não dispõe de recursos para adquirir alimentos saudáveis.

O relatório destaca que a acessibilidade econômica aos alimentos é determinada não apenas pelos preços em si, mas pela eficiência das cadeias de valor agroalimentares, já que as atividades pós-porteira rurais respondem por até 75% do preço final pago pelo consumidor. Investimentos em infraestrutura, logística, cadeia fria, pesquisa e modernização regulatória são apontados como condições essenciais para reduzir custos e ampliar o acesso a alimentos nutritivos. O documento também traz projeções preocupantes para os próximos cinco anos: entre 510 e 520 milhões de pessoas ainda poderão enfrentar fome em 2030, cenário agravado por fatores como o conflito no Oriente Médio, o fenômeno El Niño projetado para 2026-2027 e a redução da assistência oficial ao desenvolvimento.

Ainda segundo o Relatório SOFI 2026, no campo nutricional, o progresso global também permanece insuficiente: indicadores como déficit estatural, emaciação e amamentação exclusiva mostram melhoras apenas marginais, enquanto a anemia em mulheres em idade reprodutiva piora e a obesidade em adultos segue trajetória ascendente (de 12,1% em 2012 para 16,2% em 2024). O SOFI 2026 exemplifica a abordagem de coordenação interagencial preconizada pela Nutrição ONU, reunindo expertises complementares para subsidiar políticas mais coerentes e ações coordenadas rumo à erradicação da fome e de todas as formas de desnutrição.

Essa avaliação sobre a quantidade de alimentos disponíveis, contudo, é apenas parte do quadro: o progresso rumo à segurança alimentar e nutricional deve ser compreendido também em termos da existência de acesso consistente à variedade de alimentos necessária para sustentar populações saudáveis. Desde 2025, o SOFI incorpora essa distinção crítica ao incluir a Diversidade Alimentar Mínima para Crianças e a Diversidade Alimentar Mínima para Mulheres em seu referencial de monitoramento do progresso rumo à meta 2.2 dos ODS, de erradicar a má nutrição em todas as suas formas (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2025). Ao abranger tanto diversidade quanto adequação, essa adição recente contribui para uma compreensão mais robusta das falhas dos sistemas alimentares, já que a ingestão energética suficiente não equivale a níveis suficientes de macro e micronutrientes. Segundo o Relatório SOFI 2026, essas novas métricas comprovaram imediatamente sua necessidade, ao determinar que apenas 30,8% das crianças entre 6 e 23 meses e 62,7% das mulheres entre 15 e 49 anos alcançaram a diversidade alimentar mínima globalmente (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026).

Diferenças regionais consideráveis contribuem, assim, para o entendimento de que a segurança alimentar e nutricional não depende apenas da oferta agregada de alimentos ou do custo de uma dieta saudável isoladamente: a composição da dieta, a acessibilidade econômica e as estruturas socioeconômicas e políticas que influenciam quais alimentos são, em última instância, produzidos e acessíveis são igualmente contribuintes importantes. Essa compreensão é de particular relevância à medida que os sistemas alimentares dos países passam por mudanças, sejam elas decorrentes de choques climáticos ou políticos, desenvolvimentos de política, técnicas de marketing ou outros fatores. Os padrões alimentares, com efeito, não mudam de forma previsível conforme o desenvolvimento econômico; o aumento da disponibilidade de alimentos e do poder de compra pode expandir diretamente o acesso, mas fatores sociais podem, simultaneamente, aumentar o consumo de alimentos ultraprocessados. Portanto, países em situações econômicas muito distintas podem ambos experimentar insegurança alimentar e nutricional ao enfrentarem o desafio de garantir que as mudanças no sistema alimentar promovam a diversidade da dieta, e não apenas a disponibilidade de alimentos.

Diante desse cenário, o presente informe tem como objetivo analisar as principais tendências e disparidades regionais da insegurança alimentar e nutricional global apontadas pelo SOFI 2026, com atenção particular à influência do custo de uma alimentação saudável e da diversidade dietética sobre o acesso equitativo à nutrição adequada, bem como às ameaças representadas por choques climáticos, conflitos geopolíticos e retração do financiamento internacional para o alcance das metas de erradicação da fome até 2030. Para tanto, o documento articula duas perspectivas complementares de análise: uma comparação vertical entre países com contextos econômicos e alimentares contrastantes, e uma comparação horizontal entre regiões do Sul Global que, apesar de suas diferenças estruturais, compartilham desafios semelhantes de acessibilidade econômica e vulnerabilidade climática, oferecendo oportunidades de aprendizado mútuo por meio da cooperação Sul-Sul.

Heterogeneidade Regional na Insegurança Alimentar

As novas estimativas globais da fome para 2025 a partir do Relatório SOFI 2026 confirmam uma melhoria gradual e sustentada desde 2022, após a piora significativa na sequência da pandemia de COVID-19. Estima-se que 7,8 por cento da população global enfrentaram fome em 2025, uma redução em relação a 8,1 por cento em 2024 e 8,6 por cento em 2022. Também foi estimado que entre 608 e 696 milhões de pessoas no mundo, correspondendo respetivamente a 7,4% e 8,5% da população global, enfrentaram fome em 2025. Considerando a estimativa pontual de 645 milhões em 2025, isso indica uma diminuição de cerca de 14 milhões de pessoas em comparação com 2024 e 43 milhões em comparação com 2022 (Figura 1).

No entanto, as estimativas recentes de fome global revelam um paradoxo marcante na África (Figura 2): apesar da aparente estabilização do longo aumento da fome no continente, a África agora superou a Ásia como a região com o maior número de pessoas enfrentando fome. Segundo as estimativas de 2025, a África abriga aproximadamente 17 milhões mais pessoas em situação de fome do que a Ásia, apesar de ter uma população mais de um bilhão menor (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026).

Figura 1. Estimativas da retomada da redução da fome no mundo após 2021

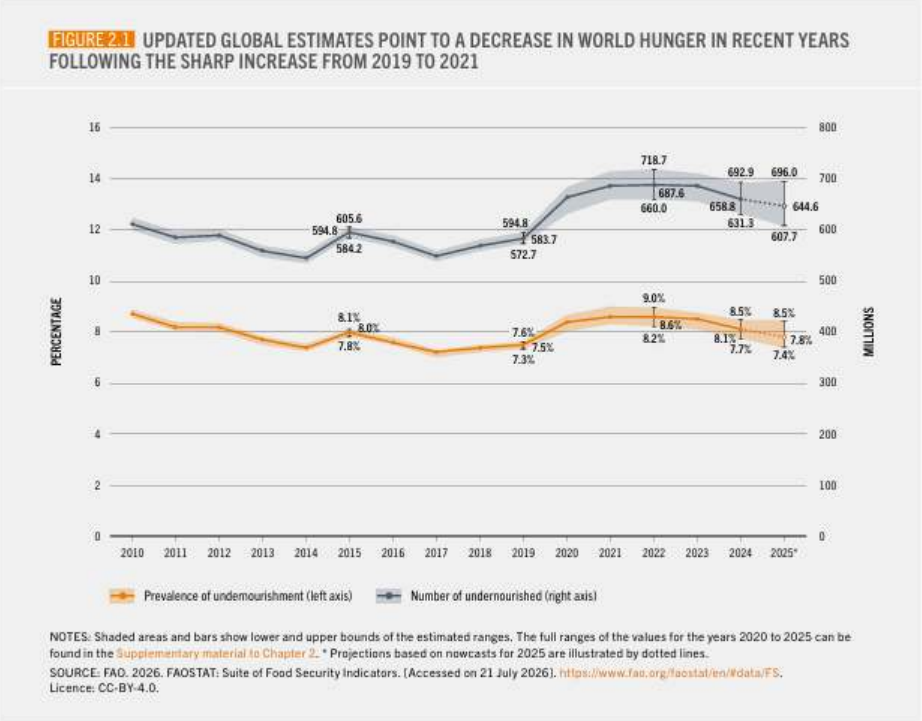
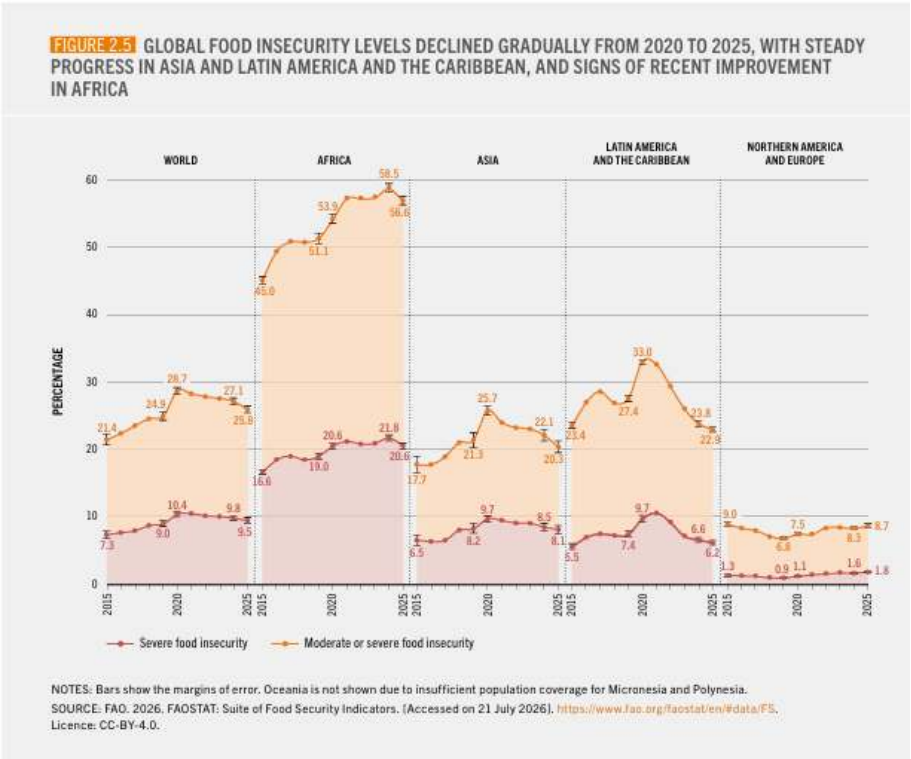


Figura 2. Níveis de insegurança alimentar severa e moderada/severa no mundo e por regiões



Além disso, a estatística que demonstra uma interrupção na prolongada tendência ascendente de fome mediante uma pequena redução da prevalência de insegurança alimentar e nutricional severa e moderada em todo o continente, porém não mostra um declínio no número absoluto de pessoas afetadas. Em outras palavras, embora a prevalência estimada de

subnutrição tenha caído marginalmente de 20,3% em 2024 para 20,0% em 2025, o crescimento populacional fez com que o número absoluto de pessoas enfrentando fome aumentasse de 307,3 milhões para 309,2 milhões em todo o continente africano.

Embora as estatísticas de todo o continente revelem disparidades globais importantes, elas podem ofuscar a considerável heterogeneidade existente dentro da própria África. A prevalência de subnutrição varia substancialmente entre regiões, como resultado de diferentes contextos locais, incluindo a exposição a choques climáticos relacionados ao El Niño, a instabilidade econômica associada a tensões geopolíticas, e conflitos armados, como guerras civis. Reconhecer essas diferenças sub-regionais é essencial para compreender os diversos determinantes da fome e para elaborar intervenções eficazes e específicas ao contexto.

Em última análise, a prevalência de subnutrição em todo o continente não leva em conta a diferença de quase três vezes entre as sub-regiões dentro da África. A variação entre as sub-regiões africanas pode ser conceituada como um padrão de três níveis: prevalência abaixo de 10%, prevalência entre 10% e 20%, e prevalência acima de 20%. Em 2025, a África do Norte se encontrava no primeiro nível, com uma prevalência de subnutrição de 9,8%. A África Meridional e a África Ocidental ocupavam o nível intermediário, com taxas de prevalência de 12,3% e 16,9%, respectivamente. A África Oriental e a África Central se encontravam no nível mais alto, com taxas de prevalência de 25,6% e 28,9%, respectivamente. Justapor essas diferenças a apenas um elemento dos contextos locais, o conflito armado, ilustra a adequação dessa abordagem em camadas.

O Levantamento de Conflitos Armados 2025 do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) registra o aumento dos conflitos, que varia ao longo do continente e é particularmente prevalente na África Oriental e Central, com violência severa e em deterioração concentrada no Sudão, no leste da República Democrática do Congo e no Sahel, enquanto nenhum novo conflito armado surgiu em outros lugares durante o período reportado. Além disso, em 2024, a África Subsaariana registrou 65 conflitos, ressaltando a distribuição desigual da violência política pelo continente. O conflito armado tem impactos particularmente profundos sobre a insegurança alimentar e está estreitamente associado a ela. Pesquisas anteriores demonstram que, embora as zonas afetadas por conflitos no Sahel e na região do Lago Chade se sobreponham a apenas 3,9% das terras cultivadas, elas se cruzam com 91,3% dos corredores de transporte de produtos agrícolas, rompendo desproporcionalmente as redes de distribuição de alimentos e as cadeias de suprimento regionais (Yang, et al.).

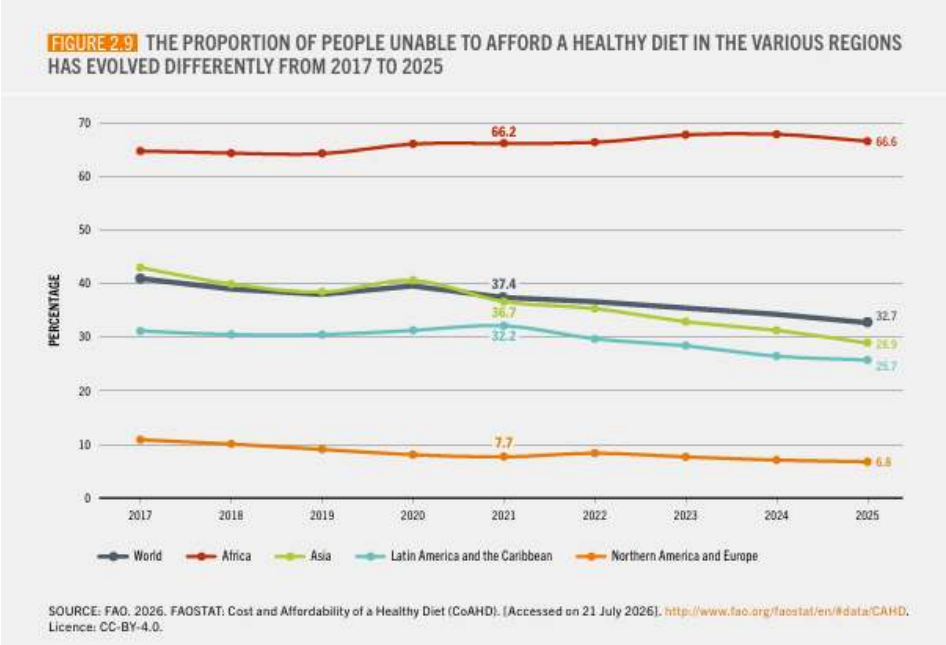
Esses ambientes de segurança divergentes representam apenas um exemplo das condições localizadas que contribuem para desfechos variados de segurança alimentar entre as sub-regiões africanas (IISS). As disparidades sub-regionais indicam porque a insegurança alimentar não pode ser compreendida apenas por meio da prevalência de subnutrição. Quando calorias suficientes estão disponíveis, o custo e a composição das dietas saudáveis determinam se as populações conseguem acessar alimentos nutricionalmente adequados.

Padrões Paradoxais na Acessibilidade Econômica de Alimentos Saudáveis entre Regiões e o Fortalecimento dos Sistemas Alimentares Locais por meio da Cooperação Sul-Sul

Além da prevalência de subnutrição, a acessibilidade econômica das dietas saudáveis oferece outra lente crítica por meio da qual compreender a variação regional na insegurança alimentar (Figura 3). Embora tanto a África quanto a América Latina enfrentem desafios de acesso a alimentos nutritivos, os alimentos menos acessíveis diferem substancialmente entre as

regiões. É importante observar que, de forma semelhante ao continente africano, a América Latina e o Caribe também são internamente heterogêneos, com a tabela de Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave revelando que, em 2025, enquanto 20,3% e 22,2% das pessoas na América do Sul e na América Central enfrentavam insegurança alimentar moderada a grave, 52% das pessoas no Caribe estavam em risco (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026).

Figura 3. Proporção de pessoas incapazes de adquirir uma dieta saudável no mundo e nas suas diferentes regiões



Embora a taxa de insegurança alimentar ofereça uma compreensão da fome em nível populacional em uma região, a Paridade de Poder de Compra (PPC) revela melhor a experiência do indivíduo médio com a inacessibilidade econômica dos alimentos em cada continente. Enquanto a PPC na América Latina foi a mais alta, em 4,91 dólares PPC, a África ficou em segundo lugar, com 4,35 dólares PPC. Assim, embora a América Latina e o Caribe apresentem o custo nominal mais alto de uma dieta saudável, a África enfrenta um problema maior de inacessibilidade econômica devido a rendas disponíveis mais baixas em geral. Na África, a prevalência de indivíduos incapazes de custear uma dieta saudável foi de 66,6%, comparada a 25,7% na América Latina e no Caribe (SOFI, 2026).

No entanto, examinar a acessibilidade econômica no nível dos grupos alimentares revela um quadro mais nuançado. Na África, 68,6% dos países se encontravam no tercil de maior custo para alimentos de origem animal, enquanto 82,4% se encontravam no tercil de menor custo para frutas, ilustrando que nem todos os grupos alimentares nutritivos são uniformemente caros. Em contraste, a América Latina e o Caribe exibiram um perfil de acessibilidade diferente: 65,5% dos países se encontravam no tercil de maior custo para vegetais, enquanto 31% adicionais se encontravam no tercil intermediário, indicando que os altos custos dos vegetais são um padrão regional. Diferentemente da África, onde os alimentos de origem animal representam o principal desafio de acessibilidade, os vegetais constituem o componente mais caro de uma dieta saudável em grande parte da América Latina e do Caribe.

Esses perfis contrastantes de acessibilidade destacam o valor de uma perspectiva horizontal e intercontinental. Em vez de supor barreiras comuns em todo o Sul Global, eles sugerem que as regiões possuem forças e restrições distintas que podem oferecer oportunidades para a cooperação Sul-Sul, permitindo que os países troquem estratégias específicas ao contexto para melhorar o acesso a dietas saudáveis, ao mesmo tempo em que adaptam as intervenções aos sistemas alimentares locais.

Além disso, as diferenças horizontais revelam forças complementares que tornam o aprendizado mútuo possível. O aprendizado mútuo pode se mostrar especialmente valioso à medida que corporações transnacionais de alimentos continuam a se expandir para mercados nacionais, remodelando os ambientes alimentares locais por meio da disponibilidade generalizada de alimentos baratos, densos em calorias e pobres em nutrientes. Diante desse contexto, fortalecer os sistemas alimentares locais por meio da cooperação Sul-Sul pode ajudar os países a preservar oportunidades para os produtores locais, ao mesmo tempo em que melhoram o acesso a dietas saudáveis.

Enquanto a América Latina possui vasta experiência na integração da agricultura familiar às compras públicas, muitos países africanos desenvolveram abordagens locais de alimentação escolar e compras comunitárias para lidar com a acessibilidade econômica dos alimentos. Para ilustrar, o artigo de 2017, "*Leveraging Institutional Food Procurement for Linking Small Farmers to Markets*", detalha os programas brasileiros de compras públicas de alimentos, que podem ser contextualmente adaptados para países africanos onde o custo dos alimentos de origem animal é particularmente alto (Kelly, et al., 2017). Esse artigo detalha, em grande medida, como as compras públicas institucionais de alimentos podem transformar os sistemas alimentares locais, argumentando que as compras de alimentos podem simultaneamente melhorar a segurança alimentar e criar mercados estáveis para pequenas propriedades agrícolas.

Em vez de promover a transferência integral de políticas agrícolas, a FAO conclui que o sucesso da cooperação Sul-Sul depende da adaptação dos programas de compras públicas institucionais de alimentos aos marcos legais locais, às condições de mercado e à capacidade dos agricultores. A experiência do Brasil demonstra que vincular as compras públicas de alimentos à agricultura familiar pode simultaneamente fortalecer os sistemas alimentares locais, diversificar a produção agrícola e melhorar o acesso a alimentos nutritivos (Kelly, et al., 2017). Tais políticas de compras podem ser especialmente benéficas em regiões da África onde os alimentos de origem animal constituem o componente mais caro de uma dieta saudável. Expandir as compras de agricultores locais poderia fortalecer os sistemas alimentares domésticos, ao mesmo tempo em que aumentaria a disponibilidade de alimentos ricos em nutrientes, embora o grau em que isso se traduz em preços mais baixos ao consumidor dependa das condições de mercado locais.

O Programa de Cooperação Internacional Brasil FAO representa um exemplo bem-sucedido de transferência de conhecimento Sul-Sul. Em vez de replicar integralmente as políticas brasileiras, o programa adaptou seu modelo de alimentação escolar a contextos locais, integrando alimentação escolar, compras locais, agricultura familiar, nutrição infantil e desenvolvimento econômico local (FAO, 2013). Essa abordagem demonstra como a adaptação específica ao contexto, e não o transplante direto de políticas, pode fortalecer os sistemas alimentares locais, ao mesmo tempo em que melhora os desfechos nutricionais.

À medida que os sistemas alimentares globais continuam a evoluir, o fortalecimento da produção agrícola local por meio de colaboração Sul-Sul específica ao contexto pode se tornar

cada vez mais importante para melhorar tanto a acessibilidade econômica de dietas saudáveis quanto a resiliência dos sistemas alimentares, especialmente à medida que as corporações transnacionais de alimentos continuam a remodelar os ambientes alimentares em todo o Sul Global, criando novos desafios para a qualidade dietética e a nutrição.

Determinantes Comerciais da Saúde, a Ascensão dos Alimentos Ultraprocessados e a Transição do Duplo para o Múltipla Carga da Má Nutrição

Segundo o relatório SOFI, os padrões alimentares estão mudando rapidamente em todo o mundo, abrangendo a redução do consumo de alimentos diversos e nutritivos, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados menos nutritivos, e a crescente prevalência de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à dieta, além da persistência de deficiências de micronutrientes. Embora o SOFI documente a expansão das dietas ultraprocessadas e os crescentes custos sanitários associados ao consumo não saudável, é necessária literatura adicional para examinar as estruturas corporativas e as práticas comerciais que impulsionam essas mudanças. O artigo da Lancet, *Defining and conceptualizing the commercial determinants of health*, detalha evidências crescentes de que os produtos fabricados pelas maiores corporações transnacionais são responsáveis pelo aumento das taxas de doenças evitáveis, incluindo o exemplo do diabetes tipo 2, câncer, cárie dental e doença cardiovascular ligados ao consumo de bebidas açucaradas na África do Sul (Gilmore; 2023).

A expansão dos alimentos ultraprocessados deve ser compreendida não simplesmente como uma mudança dietética, mas como uma consequência dos determinantes comerciais da saúde, em que os produtos, as práticas comerciais e a influência política das grandes corporações transnacionais moldam os ambientes alimentares e suas consequências dietéticas. Essas dinâmicas comerciais têm contribuído para a crescente disponibilidade e acessibilidade econômica de alimentos densos em calorias e pobres em nutrientes, enquanto muitos alimentos nutritivos permanecem comparativamente caros, reforçando a transição do duplo para o múltiplo fardo da má nutrição (WHO, 2023). Em última análise, a ascensão dos alimentos ultraprocessados e a falta de diversidade alimentar resultam em múltiplos fardos da má nutrição, abrangendo tanto a obesidade quanto as deficiências vitamínicas.

A Natureza de Gênero da Múltipla Carga: A Nutrição das Mulheres e a Anemia Persistente

A despeito de melhorias modestas em diversos indicadores nutricionais globais, o relatório SOFI identifica a anemia entre mulheres em idade reprodutiva como um dos poucos indicadores que continua a se deteriorar. Globalmente, a anemia aumentou de 27,6% em 2012 para 30,7% em 2023 e é projetada para alcançar 32,6% até 2030, colocando o mundo substancialmente fora da trajetória necessária para alcançar a meta 2.2 dos ODS (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026; 2025). A emergência da múltipla carga da má nutrição ilustra como determinantes comerciais, geopolíticos, climáticos e socioeconômicos interagem para moldar os desfechos nutricionais.

As mulheres são particularmente vulneráveis a essas pressões sobrepostas, como refletido pelo aumento contínuo, em escala global, da anemia entre mulheres em idade reprodutiva, a despeito de melhorias modestas em diversos outros indicadores nutricionais. Esse padrão global persistente serve como um indicador transversal que transcende as medidas de insegurança alimentar em nível continental exploradas neste artigo por meio dos referenciais horizontal e vertical.

Em vez de ser adequadamente explicado por indicadores como a prevalência de fome, a paridade de poder de compra ou o custo de uma dieta saudável isoladamente, ele reflete a interação cumulativa de determinantes do sistema alimentar, políticos, econômicos, climáticos e do sistema de saúde que afetam desproporcionalmente as mulheres em todo o mundo. Em última análise, a saúde nutricional das mulheres ilustra que alcançar a segurança alimentar requer ir além das médias continentais e abordar os determinantes comerciais, políticos, econômicos, climáticos e do sistema alimentar interconectados que moldam os desfechos nutricionais em diversos contextos locais.

A Segurança Alimentar e Nutricional e o Consumo de Proteínas – perspectivas do Brasil e dos Estados Unidos

Para além das discussões presentes no Relatório SOFI, na disputa das narrativas sobre dietas saudáveis nos últimos anos, a proteína tem sido uma considerada uma prioridade particular para iniciativas de segurança alimentar e nutricional em escala global, e sua suplementação tem se tornado inextricavelmente ligada, na literatura, à melhora do estado nutricional. No entanto, uma dieta diversificada, composta por múltiplos grupos alimentares, incluindo frutas, vegetais, leguminosas, castanhas e semente, grãos e outros alimentos básicos, e alimentos de origem animal, coloca-se em antagonismo ao crescente equívoco de que aumentar o consumo de um único nutriente ou categoria alimentar melhorará os desfechos de saúde. Assim, embora a proteína seja essencial à saúde humana, a suficiência proteica não garante a adequação da dieta. Para abordar a raiz dessa questão, a atenção deve ser desviada da fixação excessiva em proteína (particularmente de origem animal e de maior custo) e direcionada às dinâmicas subjacentes que impedem que os sistemas alimentares promovam dietas suficientemente diversas e acessíveis.

A comparação entre Brasil e Estados Unidos oferece uma oportunidade para investigar por que a diversidade alimentar não pode ser reduzida à adequação ou à ingestão de proteína animal. Ambos os países possuem sistemas de produção de alimentos de alto rendimento e alto consumo de produtos de origem animal, mas ainda assim enfrentam deficiências nutricionais e qualidade inadequada da dieta. Uma análise crítica dessas paisagens alimentares sugere que a relação entre o consumo de produtos de origem animal e a diversidade alimentar é regida pela renda, pela acessibilidade econômica dos alimentos, por tradições culturais, pela indústria agrícola e pelos alimentos que o consumo excessivo de produtos de origem animal, em última instância, desloca da dieta.

Usando dois inquéritos alimentares de 24 horas não consecutivos da Pesquisa de Orçamentos Familiares brasileira de 2017 2018, constatou se que pessoas de todos os quintis de renda consomem proteína em quantidade igual ou superior às recomendações da OMS, ao mesmo tempo em que experimentam consequências da má nutrição, incluindo emaciação e déficit estatural entre jovens (ABRAMOVAY et al., 2025).

O contraste entre a ingestão de proteína e outros grupos alimentares elucida essa questão. O consumo médio de frutas e vegetais correspondeu a 3,39% da ingestão energética total no quintil de renda mais baixo e a 6,43% no quintil mais alto. Além disso, em 2023, 78,6% dos adultos residentes em capitais brasileiras não atingiram a recomendação da OMS de 400 gramas por dia de frutas e vegetais (ABRAMOVAY et al., 2025; Ministério da Saúde, 2023). Frutas e vegetais fornecem fibra, vitaminas, minerais e compostos bioativos essenciais, associados à redução do risco de doenças crônicas relacionadas à dieta. Assim, a paisagem alimentar

brasileira apresenta um paradoxo em que a ingestão de proteína é excessiva em todos os grupos socioeconômicos, ao passo que o consumo de grupos alimentares ricos em micronutrientes e fibra necessários permanece inadequado. A coexistência de ingestão proteica suficiente com baixo consumo de alimentos vegetais diversos ilustra que a adequação proteica é uma medida insuficiente da qualidade da dieta, sendo necessárias abordagens mais abrangentes para a diversidade alimentar holística, a fim de reduzir o impacto do duplo fardo da má nutrição.

Isso não significa afirmar que os produtos de origem animal sejam intrinsecamente incompatíveis com uma dieta saudável, pois eles fornecem proteína biodisponível e micronutrientes importantes; em vez disso, devem ocupar um espaço proporcional dentro de uma dieta mais diversa. A Dieta da Saúde Planetária da Comissão EAT Lancet dá maior ênfase a frutas, vegetais, grãos integrais, leguminosas, castanhas e óleos insaturados, ao mesmo tempo em que sugere ingestão moderada de carne e, especialmente, limita as carnes vermelhas e processadas (EAT Lancet). Isso é particularmente importante, pois as escolhas alimentares não podem ser atribuídas apenas a preferências individuais; o consumo de carne no Brasil está interligado ao poder de compra domiciliar, à acessibilidade dos alimentos, aos preços e ao contexto cultural da alimentação.

Portanto, abordagens políticas para aumentar a diversidade alimentar por meio do simples aumento do preço da carne, por exemplo, poderiam ter efeitos profundamente desiguais e desfechos adversos. O Relatório SOFI 2026 identificou frutas e vegetais como o componente de maior custo nas dietas brasileiras, contribuindo significativamente para o custo geral mais elevado da dieta saudável e indicando que o sistema é mais complexo do que qualquer componente isolado (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026). Para famílias de renda mais alta, um aumento no preço dos produtos de origem animal pode resultar em mudanças no padrão de consumo que incorporem mais frutas e vegetais sem ameaçar a segurança alimentar, mas, para famílias de renda mais baixa, pode, em vez disso, reduzir as opções disponíveis e aumentar o custo de uma dieta saudável.

A implementação, pelo Brasil, da cesta alimentar nacional em 2024 é um exemplo de política que aborda a complexidade de todo o sistema, ao priorizar a produção agroecológica e de agricultura familiar local, enquanto exclui alimentos ultraprocessados. Esforços intersetoriais como esse anunciam uma direção mais equitativa e sustentável para a política nutricional. Nesse contexto, em vez de tratar a redução de produtos de origem animal como a única via para o aumento da diversidade alimentar, as políticas devem expandir o acesso a uma gama mais ampla de grupos alimentares essenciais e nutritivos, ao mesmo tempo em que alteram gradualmente a acessibilidade e a disponibilidade relativas dos produtos consumidos em excesso.

Os Estados Unidos apresentam uma manifestação paralela, mas não idêntica, da mesma questão. Imersos em uma forte narrativa cultural que trata a proteína como um “macronutriente virtuoso”, linearmente associado à saúde, cerca de 65% dos adultos estadunidenses consideram o teor de proteína dos alimentos que compram, buscando maximizar sua ingestão (ABRAMOVAY et al., 2025). O Levantamento Nacional de Saúde e Nutrição (NHANES) de 2015 2018 constatou que, nos Estados Unidos, a faixa de consumo médio de proteína animal variou de 62 gramas por dia a 104 gramas por dia, mas a qualidade geral da dieta permaneceu subótima em todos os quintis, e o consumo de proteína vegetal de alta qualidade foi muito baixo (HOY; MURAYI; MOSHFEGH, 2022).

As implicações adversas disso são particularmente evidentes na análise dos dados do NHANES de 2007 2018 entre adolescentes. Embora grãos, amidos, leite, carne, aves e peixe fossem consumidos pela maioria dos adolescentes, menos de 15% obtinham grupos alimentares densos em micronutrientes suficientes, como vegetais ricos em vitamina A, vegetais verde escuros, feijões, ervilhas, leguminosas, castanhas e semente (JENKINS et al., 2023). Em um dado dia, o adolescente médio consumia menos de 5 dos 10 grupos alimentares designados pelo Relatório SOFI como indicativos de diversidade alimentar. Apesar da acessibilidade e do poder econômico relativamente maiores dos Estados Unidos, a paisagem alimentar reforça continuamente o consumo de um conjunto restrito de grupos alimentares e resulta em uma população que ainda sofre com os múltiplos fardos da má nutrição.

A falta de diversidade alimentar acompanhada de abundância no consumo de produtos de origem animal é compartilhada por Brasil e Estados Unidos, mas difere fundamentalmente em suas raízes causais. Isso reflete uma percepção central do Relatório SOFI 2026, que descreve como a insegurança alimentar e nutricional não pode ser compreendida independentemente das condições econômicas que determinam quais alimentos são, de fato, acessíveis aos consumidores. No Brasil, a inacessibilidade econômica e a desigualdade persistente produzem acesso desigual a frutas e vegetais, enquanto, nos Estados Unidos, a questão surge dentro de um ambiente alimentar com alta disponibilidade comercial e econômica de fontes alimentares diversas, mas em que os produtos de origem animal permanecem desproporcionalmente proeminentes. Esse caso revela o equívoco de que a segurança nutricional é uma progressão linear da deficiência alimentar para a abundância, já que maior poder de compra não garante diversidade alimentar e pode causar concentração dietética desfavorável. Dessa forma, os Estados Unidos podem servir como um exemplo de alerta para economias menos desenvolvidas de como um sistema alimentar caracterizado por relativa abundância ainda pode falhar continuamente em atender aos padrões de diversidade alimentar.

Enquanto o Brasil pode examinar as consequências sanitárias e ambientais que definem o sistema alimentar economicamente avançado norte americano, os Estados Unidos também podem aprender com as abordagens políticas brasileiras para a mudança de consumo dentro de um contexto socioeconômico e cultural complexo. As Diretrizes Alimentares Brasileiras, por exemplo, diferem fundamentalmente da narrativa da proteína dos Estados Unidos ao evitarem deliberadamente reduzir a nutrição a nutrientes individuais e, em vez disso, priorizarem de forma mais ampla práticas culturais, promover o equilíbrio entre produtos vegetais e animais, e o consumo de alimentos frescos e minimamente processados (Ministério da Saúde do Brasil, 2014). Como evidenciado por essa comparação, diferentes paisagens alimentares geram diferentes oportunidades de aprendizado recíproco, com potencial para moldar sistemas alimentares nos quais dietas diversificadas sejam as dietas mais acessíveis e culturalmente apropriadas a serem mantidas.

Ampliando a Transição Proteica

A “transição proteica” surgiu nos últimos anos como um movimento global no qual os sistemas alimentares se afastam da dependência de fontes de proteína animal em direção a fontes de proteína alternativas e mais sustentáveis, sejam elas originárias de produtos à base de plantas, carne cultivada ou fermentação de precisão (OCÉANE DULUINS; BARET, 2024). Embora o exame anterior do consumo de proteína animal no Brasil e nos Estados Unidos mostre que uma transição nutricional é indiscutivelmente necessária, uma transição proteica deveria ser apenas um componente de uma transição mais ampla rumo à diversidade alimentar. Aplicar a

lógica da transição proteica de forma uniforme corre o risco de reproduzir o mesmo reducionismo característico do paradigma do déficit proteico, no qual os sistemas alimentares podem simplesmente mudar a origem da proteína sem abordar criticamente se essas mudanças resultam em reduções inadvertidas na diversidade alimentar, na acessibilidade econômica ou na qualidade nutricional das dietas.

Uma consideração cuidadosa de cada população específica é essencial para uma transição nutricional apropriada. Por exemplo, em um caso distinto tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos, uma população cuja dieta já carece tanto de produtos de origem animal quanto de adequação nutricional poderia ver suas deficiências agravadas por uma redução adicional na disponibilidade de proteína animal. A Dieta da Saúde Planetária EAT Lancet é, portanto, um bom ponto de referência para o progresso contínuo, pois incorpora quantidades moderadas de carne, laticínios e peixe, ao lado de uma dieta que enfatiza grãos integrais, frutas, vegetais, castanhas e leguminosas como base. Os objetivos de política devem ser elaborados para acomodar variações culturais e regionais dentro de um sistema alimentar em que os produtos de origem animal ocupem um papel nutricional e ambientalmente apropriado dentro de um padrão dietético diversificado.

Especificamente para o Brasil, como os produtos de origem animal são um contribuinte dominante tanto para a economia nacional quanto para a tradição cultural, ao passo que os produtos frescos permanecem o componente mais caro do custo de uma dieta saudável na América Latina, uma transição proteica precisaria administrar cuidadosamente o consumo excessivo de carne vermelha e processada, aumentando a acessibilidade e a disponibilidade de leguminosas, frutas, vegetais, castanhas e semente por meio de intervenções tanto do lado da demanda quanto da oferta. Como brevemente mencionado na seção anterior, o referencial da cesta alimentar nacional do Brasil já incorpora ênfase na diversidade alimentar, portanto novas políticas devem apenas complementar o que já foi estabelecido.

Como demonstra o Relatório SOFI 2026, a iniciativa mais eficaz para reduzir o custo de uma dieta saudável e diversificada seria abordar as estruturas econômicas que mantêm frutas e vegetais frescos inacessíveis (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2026). Essa abordagem exigiria intervenções abrangentes e combinadas do lado da demanda e da oferta, como a melhoria da infraestrutura de armazenamento e distribuição de produtos perecíveis ou a elaboração de políticas fiscais para subsidiar alimentos nutritivos. Em particular, a posição do Brasil cria uma oportunidade para vincular a diversidade alimentar e uma transição proteica à agrobiodiversidade, apoiando assim uma gama mais ampla de culturas agrícolas, o que poderia potencialmente fortalecer a diversidade e a disponibilidade da oferta de alimentos, a resiliência dos sistemas agrícolas e a sustentabilidade ambiental.

Os Estados Unidos exigiriam uma abordagem diferente para uma transição proteica dentro de um movimento mais amplo rumo à diversidade alimentar. Como o marketing de produtos de consumo cotidiano tem se voltado para anunciar a ingestão de proteína, as mudanças de proteína animal para proteína vegetal também devem ser acompanhadas de uma mudança de maximização de proteína para a adequação de proteína, de modo a aumentar a sustentabilidade do sistema ao mesmo tempo em que se garante a inclusão dietética de frutas e vegetais frescos ricos em nutrientes.

Por exemplo, substituir um produto alimentar à base de proteína do leite por um à base de proteína de ervilha pode ser mais sustentável ambientalmente, mas reforça o referencial

centrado em nutrientes e, frequentemente, o ultraprocessamento de alimentos, que já demonstrou agravar a má nutrição. Portanto, os Estados Unidos deveriam abordar essa questão afastando se da narrativa isolada de nutrientes, ao mesmo tempo em que empreendem esforços para substituir proteína animal por proteína vegetal e aumentar a ingestão de frutas e vegetais frescos. Além disso, em vez de depender que os indivíduos superem narrativas comerciais arraigadas, as intervenções deveriam ser intersetoriais, conectando programas nutricionais federais e estaduais, refeições escolares e pequenos agricultores, entre outros, para garantir a mudança desejável no ambiente alimentar.

Em última análise, uma transição proteica bem-sucedida, caracterizada tanto pela sustentabilidade ambiental quanto nutricional, não pode ser realizada com a mera substituição de proteínas animais por alternativas, mas deve, em vez disso, abordar e elevar a capacidade dos sistemas alimentares de avançar rumo a dietas mais diversas, acessíveis e sustentáveis. Os variados contextos econômicos e sociais dos sistemas alimentares oferecem amplas oportunidades para que os países aprendam uns com os outros, mantendo se, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que a transição apropriada diferirá segundo o estado nutricional, os sistemas agrícolas existentes, as estruturas econômicas e as tradições culturais. Uma abordagem mais coordenada e recíproca para uma transição nutricional ofereceria uma oportunidade de cooperação entre sistemas alimentares, na qual os países poderiam promover simultaneamente condições que tornem dietas diversas e sistemas alimentares sustentáveis mais universalmente alcançáveis. Além disso, à medida que esses objetivos são perseguidos, as métricas de Custo de uma Dieta Saudável e de Diversidade Alimentar Mínima do SOFI podem continuar a servir como um referencial útil para avaliar o impacto de diferentes políticas sobre os sistemas alimentares.

A inflação dos alimentos como fenômeno global e seus impactos sobre saúde e nutrição

Conforme já exploramos em maior detalhe no informe 05/2026, a elevação persistente dos preços dos alimentos em escala global constitui um dos mais graves determinantes estruturais da insegurança alimentar e nutricional e da deterioração da qualidade das dietas populacionais na atualidade. Desde 2020, a inflação dos alimentos superou consistentemente a inflação geral em escala mundial, refletindo aumentada volatilidade nos mercados agrícolas e pressões persistentes ao longo das cadeias agroalimentares. Em janeiro de 2023, a inflação global dos alimentos atingiu seu pico, de 13,6%, superando a inflação geral em 5,1 pontos percentuais. Nesse contexto, estima-se que cerca de 2,6 bilhões de pessoas não pudessem arcar com uma dieta saudável em 2024, número que, embora represente uma redução em relação a 2019, oculta piora significativa na África e em países de baixa e média renda (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2025).

As causas dessa inflação são multifatoriais e de natureza estrutural. A invasão russa da Ucrânia, em 2022, adicionou 18 pontos percentuais aos preços globais de commodities alimentares, pela ruptura de cadeias de abastecimento e pela contração das exportações de fertilizantes da Rússia, uma clara ruptura em relação às flutuações macroeconômicas convencionais, que evidencia a vulnerabilidade estrutural dos sistemas alimentares a perturbações geopolíticas. Paralelamente, a concentração de mercado configura um problema sistêmico que compromete a eficiência e a acessibilidade ao longo de toda a cadeia de valor agroalimentar, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Em mercados de insumos agrícolas, estruturas oligopolísticas com dois a cinco agentes dominantes resultaram em margens superiores a 40% em 2023, impedindo a transmissão da queda dos preços globais aos mercados domésticos (Volpe, 2020).

Um aspecto particularmente preocupante do ponto de vista da saúde pública global é a assimetria observada entre os preços de alimentos saudáveis e de alimentos ultraprocessados. Enquanto o custo de uma dieta saudável se elevou, os alimentos ultraprocessados tornaram-se 47% mais baratos comparativamente aos alimentos frescos ou minimamente processados. Elevados preços dos alimentos podem induzir famílias a optar por alimentos ultraprocessados mais baratos, de baixo valor nutritivo, ao passo que frutas, vegetais e proteínas de qualidade permanecem inacessíveis física e financeiramente. Novas análises demonstram uma relação direta entre preços e desnutrição aguda: um aumento de 10% nos preços dos alimentos está associado a uma elevação de 2,7% a 4,3% na emaciação infantil (baixo peso para estatura) e de 4,8% a 6,1% na emaciação grave em crianças menores de cinco anos (Patel, 2025)(De-Regil *et al.*, 2025).

Um fenômeno preocupante é que a recente queda nos preços das commodities no mercado global não se traduziu integralmente em redução dos preços ao consumidor nos países de baixa renda, prolongando o ônus sobre as populações mais vulneráveis. As desigualdades estruturais e de gênero amplificam esses efeitos, especialmente em países com elevada concentração de renda. O relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2025 (SOFI 2025), da FAO, ressalta que, desde 2022, enquanto os preços internacionais das commodities alimentares recuaram, os preços domésticos dos alimentos continuaram a subir, fenômeno que demanda uma compreensão mais aprofundada dos determinantes estruturais da inflação alimentar e de suas implicações para a segurança alimentar e nutricional (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2025).

Do ponto de vista das políticas públicas, o SOFI 2025 chama à coordenação de políticas fiscais e comerciais, ao aprimoramento dos sistemas de informação e ao maior investimento em sistemas agroalimentares resilientes para estabilizar os mercados e proteger as populações mais expostas aos riscos, sob pena de que as metas globais de eliminação da fome e da desnutrição não sejam alcançadas.

No contexto brasileiro, a inflação dos alimentos assume contornos igualmente estruturais, amplificados pelas especificidades do modelo agroexportador nacional. Análise recente do economista Valter Palmieri Júnior, da Universidade de Campinas, publicada em conjunto com a ACT Promoção da Saúde (Junior, 2026), examina em profundidade a persistente alta dos preços dos alimentos no Brasil não como uma sucessão de choques temporários, mas como uma crise de natureza estrutural e sistêmica. Desde meados de 2006, a inflação dos alimentos no país tem superado consistentemente a inflação geral (IPCA), em tendência que diverge de forma significativa de outras economias de grande porte, como os Estados Unidos.

As principais conclusões do estudo identificam como determinantes centrais dessa inflação: a orientação estratégica do modelo agroexportador para commodities destinadas ao mercado internacional (soja, milho e cana-de-açúcar), em detrimento da produção de itens básicos para o mercado doméstico, como arroz, feijão e frutas; a dolarização dos preços internos, com alta sensibilidade à volatilidade cambial; os elevados níveis de poder oligopolístico ao longo de toda a cadeia alimentar; um incentivo nutricional perverso que torna os ultraprocessados relativamente mais baratos e estáveis em comparação aos alimentos frescos e minimamente processados; e a falência institucional representada por políticas públicas historicamente orientadas aos grandes exportadores de commodities, em detrimento das cadeias internas de abastecimento, dos estoques públicos de alimentos e da agricultura diversificada de pequena escala.

Segundo o estudo, o Brasil consolidou-se como o maior exportador líquido de alimentos do mundo, mas esse protagonismo no mercado global ocorreu em detrimento da estabilidade dos preços internos. Nesse contexto, o sistema agrícola nacional orientou-se para o chamado *boom* das commodities, impulsionado em especial pela demanda chinesa. Como resultado, a razão entre a área cultivada com commodities (soja, milho, açúcar) e aquela destinada a culturas básicas (arroz, feijão e similares) era de 4,1 para 1 em 2006; em 2025, essa proporção ampliou-se para 12,4 para 1.

Como "tomadora de preços" nos mercados globais, o Brasil internaliza os choques de preços internacionais de forma particular: os preços dos alimentos no país são mais sensíveis às flutuações do dólar do que qualquer outra categoria do IPCA, e, quando o real se desvaloriza, os produtores tendem a priorizar o mercado externo para maximizar a lucratividade, reduzindo a oferta doméstica e pressionando os preços locais. A dependência estrutural de insumos importados agrava essa vulnerabilidade: em 2006, 73,7% dos fertilizantes utilizados eram importados; em 2022, esse percentual atingiu 86,9%. Enquanto as importações globais de agrotóxicos cresceram 136% desde 2006, as importações brasileiras cresceram 750%, tornando o país o maior importador mundial desses insumos; e o custo de fabricação de tratores e equipamentos agrícolas subiu 114,3% entre 2018 e 2022.

Uma consequência crítica dessa inflação estrutural é a transformação observada nos padrões alimentares da população. Alimentos frescos, como frutas, verduras e legumes, que são fundamentais para uma dieta saudável e diversificada, apresentam alta sazonalidade e forte tendência de elevação de preços (frutas subiram 2,8 vezes mais rápido que a inflação geral), enquanto os alimentos ultraprocessados mostram maior estabilidade de preços, beneficiados pela escala massiva e pela eficiência oligopolista da cadeia industrial alimentar. Esse diferencial cria um "incentivo perverso" que empurra as populações de menor renda ao consumo de alimentos nutricionalmente inadequados e densamente calóricos, com repercussões diretas sobre a prevalência de obesidade, diabetes e outras doenças crônicas não transmissíveis.

O estudo identifica cinco pilares interconectados que sustentam a inflação estrutural dos alimentos, articulados ao debate global sobre os sistemas alimentares hegemônicos: a desigualdade histórica na concentração de terras e renda; a concentração de mercado em oligopólios nos setores de insumos, processamento e varejo; as mudanças climáticas como determinante estrutural da oferta; o modelo agroexportador que subordina a soberania alimentar nacional à lógica do comércio global; e a inação política, expressa na ausência de políticas alimentares integradas e no desmonte de mecanismos regulatórios como os estoques públicos de alimentos.

Na conclusão do relatório, declara-se que a inflação dos alimentos no Brasil, fenômeno que se reproduz também em outros países do Sul Global cuja agricultura é primordialmente orientada à produção de commodities, é, portanto, um sintoma de um sistema alimentar disfuncional que subordina o direito fundamental à nutrição adequada à lógica dos mercados internacionais de commodities. Sua superação demanda, mais do que ajustes na taxa de juros, uma estratégia coordenada voltada à democratização do sistema alimentar, à diversificação da produção, à redução da dependência de insumos importados e à proteção do mercado doméstico da volatilidade global. Sem intervenção estrutural, o diferencial entre os custos dos alimentos e a inflação geral tende a se ampliar, aprofundando a insegurança alimentar e as crises de saúde pública.

O Brasil continua fora do Mapa da Fome Global e avançando

O Relatório SOFI 2026 também confirmou que o Brasil mantém sua posição fora do Mapa da Fome da FAO, tendo em vista o critério de manutenção da prevalência de subnutrição abaixo de 2,5% da população. Do ponto de vista do acesso econômico à alimentação adequada, os dados do relatório, ainda, evidenciam avanço expressivo no período recente. Entre 2021 e 2025, a proporção de brasileiros sem capacidade financeira de adquirir uma dieta saudável (aquela capaz de promover saúde, crescimento, desenvolvimento e bem-estar, além de prevenir deficiências nutricionais, doenças crônicas e doenças transmitidas por alimentos) recuou de 31,2% para 21,1% da população. Em termos absolutos, esse contingente passou de 65,3 milhões para 44,8 milhões de pessoas, o que representa uma redução de aproximadamente 20 milhões de indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar no período.

No plano político-institucional, a experiência brasileira foi apresentada, durante a divulgação do relatório, como exemplo de abordagem integrada de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Foram destacadas, em especial, iniciativas de proteção social, geração de renda no campo, fortalecimento da agricultura familiar e ampliação do acesso populacional a alimentos saudáveis. A ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli, representante brasileira no evento, afirmou que os resultados demonstram que o enfrentamento da fome depende de prioridade política e coordenação intersetorial de ações.

O relatório também conferiu destaque ao papel estratégico da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis e na conformação de sistemas agroalimentares mais sustentáveis e resilientes. Entre as políticas públicas citadas como determinantes desse avanço, constam a ampliação do crédito rural, o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, o estímulo à inovação, a melhoria do acesso a mercados, os investimentos em bioinsumos, o fomento à pesquisa agropecuária e o apoio a sistemas agroflorestais.

O protagonismo das mulheres rurais foi igualmente apontado como eixo estruturante das políticas voltadas à segurança alimentar, com ênfase na diversificação produtiva, na geração de renda e na promoção da autonomia econômica dessa população. A representante do Brasil reiterou, durante a apresentação, que os agricultores familiares constituem agentes centrais na construção de sistemas alimentares mais saudáveis, resilientes e sustentáveis.

Os resultados registrados pelo SOFI 2026 reforçam a relevância de estratégias nacionais que articulem, de forma coordenada, políticas de geração de renda, proteção social, fortalecimento da produção doméstica de alimentos e ampliação da oferta de dietas nutricionalmente adequadas, elementos que, em conjunto, contribuem de maneira estrutural para a redução da insegurança alimentar e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Conclusão

O conjunto de evidências reunidas neste informe evidencia que a segurança alimentar e nutricional global permanece condicionada por uma teia interdependente de determinantes estruturais, comerciais, climáticos e geopolíticos que transcende qualquer explicação unidimensional centrada apenas na disponibilidade agregada de alimentos. O SOFI 2026 demonstra que, mesmo diante de avanços consecutivos na redução da prevalência de fome em escala global, a persistência de disparidades regionais acentuadas, sobretudo na África, cuja

heterogeneidade sub-regional revela que conflitos armados, choques climáticos e fragilidade institucional produzem trajetórias radicalmente distintas dentro de um mesmo continente, e a elevação continuada do custo de uma dieta saudável configuram um quadro de vulnerabilidade que ameaça diretamente o cumprimento do ODS 2 até 2030. Do ponto de vista da saúde global, esse cenário não pode mais ser compreendido como um problema isolado de oferta alimentar, mas como uma questão sistêmica de determinação social e comercial da saúde, na qual a concentração de mercado, a inflação estrutural de alimentos frescos e a expansão de ultraprocessados baratos e calóricos produzem, simultaneamente, fome, insegurança alimentar e o múltiplo fardo da má nutrição, com repercussões diretas sobre doenças crônicas não transmissíveis, anemia em mulheres e desnutrição infantil.

As comparações verticais e horizontais exploradas ao longo deste informe, entre Brasil e Estados Unidos, e entre África e América Latina e Caribe, reforçam que não existe uma trajetória única e linear rumo à segurança alimentar e nutricional. Nem a abundância econômica nem a alta produtividade agrícola garantem, por si só, dietas diversificadas e nutricionalmente adequadas, como demonstra o caso estadunidense, e tampouco contextos de escassez relativa são desprovidos de soluções replicáveis, como evidenciam as experiências de compras públicas institucionais e alimentação escolar testadas no Brasil e adaptadas a contextos africanos. Esse aprendizado cruzado, sustentado pela cooperação Sul-Sul, deve ser compreendido não como transplante mecânico de políticas, mas como processo de adaptação contextual sensível às particularidades econômicas, culturais e agrícolas de cada território, princípio que também deve orientar qualquer transição proteica ou nutricional futura.

Nesse sentido, o papel das agências multilaterais, particularmente a FAO, o FIDA, o Unicef, o WFP e a OMS, reunidas sob a coordenação da Nutrição ONU, revela-se insubstituível como espaço de produção de evidências compartilhadas, de definição de metodologias comuns de monitoramento, como as métricas de Diversidade Alimentar Mínima e de Custo de uma Dieta Saudável incorporadas pelo SOFI, e de articulação política entre Estados-membros diante de choques que, como o conflito no Oriente Médio e o fenômeno El Niño projetado para 2026-2027, exigem respostas coordenadas que nenhum país isoladamente seria capaz de equacionar. A retração da assistência oficial ao desenvolvimento e do financiamento humanitário, identificada pelo próprio relatório como fator de risco para as projeções de fome até 2030, torna ainda mais urgente que essas agências mantenham e ampliem seu papel de mobilização de recursos e de governança global da segurança alimentar.

Ao mesmo tempo, a experiência brasileira, com sua permanência fora do Mapa da Fome e a redução de aproximadamente 20 milhões de pessoas sem capacidade de custear uma dieta saudável entre 2021 e 2025, demonstra que os governos nacionais continuam sendo o lócus decisivo de transformação, quando articulam, de forma coordenada, proteção social, fortalecimento da agricultura familiar, políticas de geração de renda no campo e regulação dos determinantes comerciais que distorcem os preços relativos entre alimentos saudáveis e ultraprocessados. O caso brasileiro de inflação alimentar estrutural, todavia, também alerta que mesmo trajetórias exitosas permanecem vulneráveis a modelos agroexportadores que subordinam a soberania alimentar doméstica à lógica das commodities internacionais, exigindo vigilância constante e políticas de Estado que transcendam ciclos eleitorais e conjunturas macroeconômicas favoráveis.

Em suma, o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional na próxima década exigirá a convergência entre a governança multilateral, capaz de sustentar sistemas de

monitoramento robustos, mobilizar financiamento e antecipar respostas a choques externos e políticos, e a ação decidida dos Estados nacionais na regulação de seus próprios sistemas alimentares, na proteção social de populações vulneráveis e na promoção da diversidade produtiva e dietética. Sem esse duplo movimento, coordenado internacionalmente e enraizado nas realidades locais, a promessa civilizatória de erradicar a fome e garantir o direito humano à alimentação adequada continuará a escapar, ano após ano, do horizonte de 2030.

Referências

DE-REGIL, L. M. et al. Global action on ultra-processed foods: a health, equity, and sustainability imperative. The Lancet, v. 406, n. 10520, p. 2608–2610, dez. 2025.

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 — Addressing high food price inflation for food security and nutrition. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18053f75-4c71-4a35-a0d9-1eb2fe204364>.

JUNIOR, V. P. A Inflação de Alimentos no Brasil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://actbr.org.br/wp-content/uploads/2026/03/INFLACAO-DE-ALIMENTOS-NO-BRASIL.pdf>.

PATEL, V. SOFI 2025: More people afford healthy diets but inflation and budget cuts jeopardize gains.

VOLPE, R. The Fundamentals of Food Prices: Costs, Consumer Demanda, and COVID-19. [s.l: s.n.].

ABRAMOVAY, R. et al. The protein deficit myth. Revista de saúde pública, v. 59, 2025.

Africa to benefit from Brazil-FAO school meals experience. Newsroom. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/Africa-to-benefit-from-Brazil-FAO-school-meals-experience>.

EAT Lancet. The Planetary Health Diet — EATEAT Forum. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://eatforum.org/eat-lancet/the-planetary-health-diet/>.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO;. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/4b1f7d26-267d-4a81-aed4-4f9de4d93f85>.

GILMORE, Anna B.; FABBRI, Alice; BAUM, Fran; et al. Defining and Conceptualising the Commercial Determinants of Health. The Lancet, vol. 401, no. 10383, p. 1194–1213, 2023.

HOY, M. K.; MURAYI, T.; MOSHFEGH, A. J. Diet Quality and Food Intakes Among U.S. Adults by Level of Animal Protein Intake, What We Eat in America, NHANES 2015-2018. Current Developments in Nutrition, v. 6, n. 5, 17 Mar. 2022.

JENKINS, M. et al. What Do United States Adolescents Eat? Food Group Consumption Patterns and Dietary Diversity from a Decade of Nationally Representative Data. Current Developments in Nutrition, v. 7, n. 8, Aug. 2023.

KELLY, Siobhan and F.J. SWENSSON, Luana. Leveraging institutional food procurement for linking small farmers to markets Findings from WFP's Purchase for Progress initiative and Brazil's food procurement programmes. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/a22076d4-a2e5-49eb-90f0-b9eecb5dd41b/content>.

Ministry of Health of Brazil. Dietary Guidelines for the Brazilian Population., 2014. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_ingles.pdf>

Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023.

[s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico>.

OCÉANE DULUINS; BARET, P. A systematic review of the definitions, narratives and paths forwards for a protein transition in high-income countries. Nature Food, v. 5, 3 Jan. 2024.

WORLD. Commercial determinants of health. [s.l.]: World Health Organization: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/commercial-determinants-of-health>.

YANG, Yanmin; XU, Zihan; ZHENG, Huining; et al. How armed conflict shapes food insecurity in the Sahel and Lake Chad Region. Communications Sustainability, vol. 1, no. 1, 2026. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s44458-026-00115-w>.